



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 50.^a Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Data: 19 de março de 2009, às 09:00 horas

Local: Salão do Tropical Tênis Clube

Endereço: Rua Dona Alzira Matos, nº 150 – Bairro Cerqueira Lima – Itaúna/MG

1 Conselheiros presentes: José Carlos Carvalho, Shelley de Souza Carneiro e Roberto
2 Ferreira Barbosa, primeiro Suplente e Assessor Especial da SEMAD, representantes da
3 Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas
4 Gerais; Marcos Meneghini Esmeraldo, Secretaria de Estado de Desenvolvimento
5 Econômico – SEDE; Marcelo Ferreira Guimarães e Odin Silva Paula Filho,
6 representantes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA;
7 Geraldo Márcio Faleiro, representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Pará;
8 Átila Alves Costa, Cláudia Tavares Schanen Stancioli e Eduardo Justo Dias,
9 representantes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG;
10 Edélcio José Caçado Ferreira, Representante da Federação da Agricultura e Pecuária
11 do Estado de Minas Gerais; Camilo de Lélis André Melo e João Bosco Morais Lopes,
12 representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
13 Serviços do Estado de Minas Gerais – Federaminas; Marcos Antônio Ferreira Veloso,
14 do Conselho Regional de Engenharia – CREA; representante de entidades civis
15 representativas de categorias de profissionais liberais; Wellington Dias Silveira,
16 representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento –
17 SEAPA; Anaximandro Lourenço A. Feres, representante da PUC/Minas Arcos, Dirceu
18 de Oliveira Costa, representante Conselho Municipal de Meio Ambiente – Codema –
19 Pains; Eurípedes Guerra, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
20 Regional e Política Urbana – SEDRU; Francisco de Assis Braga, representante da
21 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Lessandro Gabriel Costa,
22 Marco Antônio Vilela e Maria Aparecida Faleiro representantes das ONGs ASF, Grupo
23 AR e ARPIA. Fábio Galindo Silvestre, representante do Ministério Público; Roberto
24 Soares Nogueira, representante Associação dos Usuários da Bacia do Rio Pará; Capitão
25 Raimundo Lopes Ferreira e Hélio Simone, representantes da Polícia Militar de Minas
26 Gerais; Jaime Bruno Júnior, representante do DNPM; Maria do Carmo Ramos Siqueira,
27 representante da Federação dos Trabalhadores da na Agricultura do Estado de Minas
28 Gerais – FETAEMG.

29 **Abertura:** - Roberto Ferreira Barbosa – Presidente da URC – Agradeceu a presença de
30 todos. Convidou ao vice-prefeito de Itaúna, Pedro Paulo Pinto a compor a mesa. Deu
31 início a 50.^a Reunião Ordinária e convidou a todos para ouvirem o Hino Nacional -
32 **Hino Nacional Brasileiro** – Pedro Paulo Pinto – Vice-prefeito de Itaúna – Agradeceu a
33 presença de todos, deu as boas vindas e justificou a ausência do prefeito que estava
34 atendendo compromissos assumidos anteriormente. - Roberto Ferreira Barbosa –
35 Presidente da URC – Informou que a reunião tinha um caráter festivo, a comemoração
36 da 50.^a Reunião da URC-ASF. Informou, também, que a pauta sofreria uma inversão
37 quando da chegada do secretário, Dr. José Carlos Carvalho e do secretário adjunto, Dr.



38 Shelley de Souza Carneiro. – **Comunicado dos Conselheiros – Wellington –**
39 **Representante SEAPA** - Cumprimentou o conselho pela 50ª. Reunião. Informou que
40 haverá no auditório da Emater, em Belo Horizonte, de 23 a 25/04, o Simpósio Mineiro
41 para uma Agricultura Sustentável. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas através
42 do site www.emater.mg.gov.br. – **Anaximandro Lourenço – Representante PUC/Minas**
43 **– Arcos** – Cumprimentou aos presentes e informou do orgulho que a PUC/Minas tem
44 em participar todo esse tempo da composição do conselho. Parabenizou aos
45 conselheiros e equipe técnica da SUPRAM. – **Lessandro Gabriel – Representante ASF -**
46 **Lagoa da Prata** – Informou que no próximo dia 01/04, o Comitê ASF estará reunido na
47 Escola Superior de Meio Ambiente de Iguatama quando estarão fechando a pauta das
48 câmaras técnicas do comitê. Na oportunidade será apresentado um caderno de exercício
49 elaborado pelo comitê que será trabalhado em todas as escolas dos municípios
50 envolvidos no projeto. Apresentou seu descontentamento em relação ao atendimento da
51 SUPRAM onde alguns empreendedores tem tido dificuldades para protocolar suas
52 solicitações devido aos constantes problemas no sistema. Reclamou da falta de
53 comunicação da SUPRAM quando os conselheiros não foram convidados para a
54 inauguração da nova sede. Informou sobre a cessão do lugar da Associação no Conselho
55 para o Comitê de Bacia Hidrográfica Pará, Conselheiro Geraldo Faleiro. - **Roberto**
56 **Ferreira Barbosa – Presidente da URC** – Esclareceu que a SUPRAM não atrasa
57 processo de ninguém e que todos têm prazos a cumprir por causa do Acordo de
58 Resultados. Informou que o SIAM, Sistema Integrado de Meio Ambiente, cresceu
59 assustadoramente e tem trazido alguns problemas técnicos e operacionais e que a
60 Secretaria está trabalhando para sanar esses problemas, e numa situação de necessidade,
61 poderá ser implantado uma alternativa, um plano B para atender a demanda. Esclareceu
62 que, quanto à composição do Conselho, foi uma decisão judicial e não era o momento
63 para a discussão. – **Dirceu de Oliveira Costa – Representante CODEMA/Pains** –
64 Informou da insatisfação dele quando solicitou vistas na reunião passada do processo da
65 Linha de Transmissão. Pediu respeito. - **Roberto Ferreira Barbosa – Presidente da URC**
66 – Respondeu que em nenhum momento houve intenção de desprestigiar, de
67 desconsiderar ou desrespeitar o Conselheiro. – **Maria Claudia Pinto - Superintendente**
68 **SUPRAM – ASF** – Respondeu que infelizmente o SIAM não está correspondendo e que
69 a equipe da SUPRAM tem se empenhado para atender da melhor maneira possível, mas
70 não é o que tem acontecido. – **Fábio Galindo Silvestre – Representante do Ministério**
71 **Público** – Cumprimentou a todos os Conselheiros pela 50ª. Reunião e manifestou o
72 descontentamento dele quanto à fiscalização do cumprimento das condicionantes das
73 licenças concedidas. - **Roberto Ferreira Barbosa – Presidente da URC** – Respondeu que
74 é um estrangulamento muito sério que o Sistema tem, mas que o objetivo da SUPRAM,
75 também, é se esforçar nesse acompanhamento do cumprimento das condicionantes. –
76 **Maria Claudia Pinto - Representante SUPRAM – ASF** – Sugeriu incluir na pauta de
77 reunião de alinhamento estratégico em Araxá com o objetivo de formatar algum
78 mecanismo para acompanhar o cumprimento das condicionantes. **Item 6 – Exame da**
79 **Ata da 49ª. RO – Divinópolis – 19/02/2009.** – **Dirceu de Oliveira Costa –**
80 **Representante CODEMA/Pains** – Solicitou corrigir na linha 133 onde se lê nós, leia-se
81 não: “mas por outro lado não podemos prejudicar”. - **Roberto Ferreira Barbosa –**
82 **Presidente da URC** – Colocada em votação com a alteração do Conselheiro e foi
83 **APROVADA** por unanimidade. - **Item 7 – Processo Administrativo para exame de**
84 **Licença Prévia – 7.1 – FERLIG – Ferro Liga Ltda. – Barragem de geração de**
85 **energia – Passa Tempo/MG. PA/Nº 01995/2004/001/2007. Classe 3. Apresentação**



86 **SUPRAM – ASF. (RETORNO DE VISTAS CONCEDIDAS AO CONSELHEIRO**
87 **FRANCISCO ASSIS BRAGA, ABES). Responsável técnico Engenho 9. Conclusão**
88 **da análise favorável à concessão na validade de 2 anos.** Foi apresentado o relatório
89 de vistas do Conselheiro Francisco de Assis Braga contendo análises de outras PCH's
90 pertinentes ao processo analisado e outras informações na área florestal, apontando
91 alguns pontos considerados falhos por ele. Sugeriu algumas condicionantes como
92 ampliação dos estudos da vida no corpo hídrico, assegurar aos vizinhos o acesso à água
93 e dessedentação animal, instalação de sistema de medição de vazão, entre outros. Artur
94 Torres – Representante do Empreendedor – Informou que acataram as sugestões
95 propostas pelo conselheiro. Marco Aurélio Notini – Empreendedor – Declarou que
96 *“Tem-se aqui o nosso compromisso de correção nas nossas ações e a SUPRAM pode*
97 *testemunhar o andamento das nossas ações no nível de meio ambiente.”* – Roberto
98 Soares Nogueira – Representante Associação de Usuários da Bacia do Rio Pará –
99 Solicitou informações à assessoria jurídica quanto à necessidade de realização de
100 audiência pública. – Sônia Godinho – SUPRAM-ASF - Respondeu que poderão ocorrer
101 audiências públicas nos processos em que são imprescindíveis a apresentação de EIA-
102 RIMA e que são enquadrados como classe 5 e 6. Informou que o processo em questão
103 era de classe 3, entretanto, não havia obrigatoriedade de realização de audiência pública.
104 - Fábio Galindo Silvestre – Representante Ministério Público – Lembrou que esse era o
105 primeiro caso de PCH e que depois viriam outros para análise. Salientou que era um
106 caso pragmático e que precisava de uma atenção muito especial. Reforçou a necessidade
107 de um aprofundamento dos estudos dos impactos sobre fauna, flora, o local e área de
108 abrangência do empreendimento, estudo do impacto no aspecto global da bacia e
109 também achava que seria necessária a realização de audiência pública. Propôs baixar o
110 processo em diligência. - Roberto Ferreira Barbosa – Presidente da URC – Informou
111 que um processo é baixado em diligência quando alguma questão não é respondida e
112 não era o caso do processo, pois, no entendimento dele, todas as questões foram
113 respondidas. - *“Senhores Conselheiros, vamos colocar em votação então, o parecer da*
114 *SUPRAM pela concessão da licença prévia com todas aquelas condicionantes que vão*
115 *ser incluídas no processo elaboradas pelo professor junto com a SUPRAM e com,*
116 *aquiescência ou não, porque o empreendedor vai cumprir ou não, mas que disse de*
117 *viva-voz que concorda integralmente com ela. Com essa condicionante nova que é um*
118 *passo novo de realizar a audiência pública depois de uma licença prévia, mas que ela*
119 *também vai ser determinante na nossa licença de instalação. Então, eu coloco em*
120 *votação isso. Pergunto a todos se está claro o que nós vamos votar. Nós vamos votar o*
121 *parecer da licença prévia com as condicionantes técnicas com essa condicionante*
122 *social de audiência pública. Em votação. Quem concorda com essa proposta que eu*
123 *estou fazendo permaneça como está. Os demais se manifestem, por favor. Aprovado*
124 *com 12 votos a favor, 6 votos contrários e eu gostaria então, como determina o*
125 *regimento que os Conselheiros que votaram contra se manifestassem.”* – Anaximandro
126 Lourenço Azevedo Feres – Representante PUC/Minas – Arcos – Justificou o voto
127 contrário somente quanto à condicionante de realização da audiência pública. – Fábio
128 Galindo Silvestre – Representante Ministério Público – Justificou o voto contrário pela
129 necessidade da realização da audiência pública, da licença prévia e de aprofundamento
130 dos estudos técnicos ambientais sobre a viabilidade do empreendimento. – Marcos
131 Antônio Vilela – Representante Grupo Ar/Divinópolis – Justificou o voto contrário por
132 concordar com tudo que foi exposto pelo promotor e não tinha condições de ver uma
133 viabilidade no empreendimento. – Dirceu Costa – Representante Codema – Pains –



134 Justificou o voto contrário pela não realização da audiência pública. – Capitão Ferreira –
135 Representante Polícia Militar – Justificou o voto contrário por entender que a audiência
136 pública era imprescindível. – Marcelo Ferreira Guimarães – Representante IBAMA –
137 Justificou o voto contrário pela falta de aprofundamento dos estudos e pela falta da
138 audiência pública. - **Item 8 - Processo Administrativo para exame de Revalidação de**
139 **Licença Operação: 8.1 – Tansan do Brasil Indústria Química Ltda – Fabricação de**
140 **Carbonato de Cálcio. Pedra do Indaiá/MG – PA/Nº 266/1989/008/2007. Classe 5.**
141 **Apresentação FEAM. (RETIRADO DE PAUTA NA 49ª RO) – Responsável**
142 **técnico Robson Adriano Martins. Conclusão da análise indeferida. RETIRADO**
143 **DE PAUTA** a pedido da FEAM. - **Item 9 – Processo Administrativo para exame de**
144 **Licença de Instalação: 9.1 – Linha de Transmissão em 345 kV Furnas – Pimenta II**
145 **e demais instalações associadas – Linhas de transmissão de energia elétrica – São**
146 **José da Barra, Capitólio, Piumhi, Pimenta/MG. PA/Nº 12701/2006/002/2008.**
147 **Classe 5. Apresentação SUPRAM – ASF. (RETORNO DE VISTAS**
148 **CONCEDIDAS AO CONSELHEIRO DIRCEU, CODEMA PAINS). Responsável**
149 **técnico AGRAR – Consultoria e Estudos Técnicos Ltda. Conclusão da análise**
150 **favorável à concessão na validade de 2 anos.** – Foi dada uma pausa nos trabalhos para
151 uma apresentação realizada pela Dra. Maria Claudia Pinto e pelo Conselheiro Camilo de
152 Lélis André Melo e para o pronunciamento do Secretário de Estado de Meio Ambiente e
153 Desenvolvimento Sustentável, Dr. José Carlos Carvalho. – Shelley de Souza Carneiro –
154 Secretário Adjunto do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –
155 Assumiu a presidência e salientou a importância da reunião o que justificava a presença
156 do Secretário. Solicitou a todos os Conselheiros que se apresentassem para o Secretário
157 dizendo o nome e a entidade que representa. - Maria Claudia Pinto – Superintendente
158 SUPRAM – ASF – Apresentou um resumo dos trabalhos realizados pela Unidade
159 Regional Colegiada – Alto São Francisco nessas 50 reuniões durante esses 5 anos desde
160 que foi criado em março de 2004. Informou o número de processos que foram julgados.
161 Agradeceu e parabenizou aos Conselheiros pela dedicação. – Camilo de Lélis André
162 Melo – Representante Federaminas – Cumprimentou o Secretário e salientou que estava
163 representando os Conselheiros por estar presente desde a primeira reunião do Conselho.
164 Ressaltou que ser Conselheiro é um grande encargo e implica ter uma responsabilidade
165 imensa, que envolve compromissos com as questões ambientais, econômicas e sociais.
166 *“Nosso trabalho tem que estar direcionado para o bem. Se não vem de todos, o que é*
167 *impossível, pelo menos atinja a maioria das pessoas.”* – Shelley de Souza Carneiro –
168 Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – *“Eu*
169 *vou ser muito breve, porque eu acho que o importante além de nós termos conseguido*
170 *trazer o Secretário aqui, mesmo com os seus compromissos que são apertados à tarde,*
171 *eu queria ser o mais breve possível. Não queria deixar passar em branco duas coisas:*
172 *que não só vocês estão mais há mais tempo conosco trabalhando desde aquela época*
173 *que começávamos sem saber muito para onde nós estávamos indo. O quê que ia dar*
174 *isso, o quê é a tal da SUPRAM hoje. A Maria Claudia mostrou ali que nós já fomos a*
175 *uns 40 lugares, 45 cidades. Já percorremos todas as cidades discutindo com a*
176 *sociedade, trazendo os problemas ambientais para uma discussão mais democrática,*
177 *mais ampla dentro do Sistema descentralizado do Governo do Estado de Minas Gerais,*
178 *que deu oportunidade a todos vocês de participarem de um processo que era trancado*
179 *na mão de poucas pessoas. Muitas vezes vocês não tinham a mínima condição de expor*
180 *as suas dificuldades, de aparecer, de mostrar. Mostrar principalmente as idéias das*
181 *instituições que estão aqui representadas pelos senhores. Cada um dos senhores*



182 *representa uma instituição. As pessoas passam e as instituições estão conosco desde o*
183 *início e vão continuar, mas vocês que representam uma instituição, isso que é*
184 *importante, atrás de vocês tem a representação de várias idéias, vários princípios que*
185 *as instituições de vocês representam. E é muito importante quando nós falamos de*
186 *instituição. Democracia se faz com instituições fortes e nós precisamos de crescer esse*
187 *país reforçando, dando realmente consistência a nossas instituições, senão nós vamos*
188 *ter muitas dificuldades. As instituições americanas, eu conheço bem, elas são muito*
189 *fortes. Exatamente porque a democracia, a base democrática, dos Estados Unidos, a*
190 *base que eles conseguiram está totalmente calcada nas instituições, não nas pessoas.*
191 *As pessoas são partes das instituições e isso é que nós precisamos trazer aqui nas*
192 *nossas instituições, trazer os seus problemas e trazer uma discussão respeitosa, uma*
193 *discussão em que nós possamos colocar os nossos princípios sem mágoas, de um achar*
194 *que ele está contra mim, que ele pensa não é isso, não. Nós podemos alavancar*
195 *processos pensando diferente e essa energia que damos quando vemos que nós*
196 *conseguimos realmente dentro de 10 diferentes, alavancar naquele processo de ganha-*
197 *ganha, um processo que seja o melhor para a sociedade. Nós vemos os resultados na*
198 *ponta imediatamente. Então, é essa a intenção nossa. Não esqueça que os conselheiros*
199 *aqui, cada um defendendo a sua instituição e o seu voto. São pessoas fundamentais*
200 *para nós decidirmos, no estado, através do colegiado os problemas ambientais. E*
201 *nenhum estado do Brasil você tem um modelo como o COPAM. Nenhum tão*
202 *participativo, tão democrático. As pessoas, às vezes, conseguem trazer as suas idéias e*
203 *como elas são boas elas conseguem ser votadas e isso se torna às vezes lei, se torna*
204 *movimentos que são discutidos em toda Minas Gerais. Às vezes surge aqui de uma*
205 *maneira singular, pequena e se transforma num grande movimento coletivo em toda a*
206 *Minas Gerais. Então isso é democracia. Nós temos acompanhado isso há 6 anos, 5*
207 *anos que nós começamos a montagem do COPAM. E aí vem uma coisa, só para*
208 *encerrar secretário, eu queria dizer, são o crescimento e o amadurecimento dos*
209 *colegiados a medida que eles participam. No início as pessoas chegam, não conhecem*
210 *direito, começam a tatear um pouco, procurar o seu caminho, se mostrar, mostrar as*
211 *suas dificuldades. Existem, às vezes, polêmicas que é natural, a polêmica é natural, a*
212 *polêmica, ela nos ajuda inclusive. Eu não acho que a polêmica seja um problema, é*
213 *ótimo, quando não tem polêmica fica todo mundo calado e nós não saímos do lugar.*
214 *Polêmica ajuda. As pessoas não se colocam muito, a maioria fica calada e vão se*
215 *conhecendo ao longo do tempo. As pessoas vão se conhecer, a ter confiança umas nas*
216 *outras, ver, a entender as dificuldades de cada um, porque todos nós temos as nossas*
217 *dificuldades, e aí surge o amadurecimento gradativo da equipe. O amadurecimento*
218 *gradativo do conselho, e é o que nós temos visto. No início muita polêmica, nós*
219 *extravassamos, nós exacerbamos os nossos problemas com grandes discussões*
220 *acaloradas e ricas, a maioria delas ricas. Mas sem nunca, à medida que as pessoas*
221 *crescem nos processos, sem nunca desrespeitar a outra. A ética para nós é fundamental*
222 *e é isso que nós temos que lidar. A ética, o respeito às idéias contrárias nós precisamos*
223 *aprender nessa vida que nós não somos os donos da verdade sozinhos e temos que*
224 *discutir as nossas idéias e convencer as outras pessoas que trabalham conosco de que*
225 *nós estamos certos. Esse é o caminho de um conselho. Esse é o caminho de um*
226 *conselho que procura se pautar na democracia, na base democrática do direito da*
227 *palavra, do direito de expressão, do respeito à expressão do outro. E nós temos*
228 *conseguido evoluir muito, muito mesmo. Eu não esqueço a representante da FIEMG*
229 *estava com a da ONG brigando muito em uma dessas reuniões. E um ano depois ela me*



230 *procurou e falou assim, mas olha como as coisas são. Nós brigávamos, brigávamos e*
231 *hoje nós estamos conversando. Que ela pede vistas de um processo e eu também peço, e*
232 *90% do que ela pensa, eu penso igual, não tem diferença nenhuma. Quer dizer, falta*
233 *diálogo e com diálogo nós vamos chegar a conviver com diferenças, mas a procurar*
234 *soluções para os nossos problemas que são tão difíceis. Colocar soluções que nós*
235 *realmente consigamos equilibrar uma palavrinha tão difícil de entender, mas tão falada*
236 *que é sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Muito falada nos discursos, mas*
237 *muito difícil de nós sabermos interpretar e colocar em ação. Eu acho que o grande*
238 *instrumento de vocês é exatamente aprimorar a democracia em Minas e nos levar*
239 *soluções, as mais coerentes, as mais inteligentes possíveis para que nós possamos*
240 *crescer, desenvolver, avançar nesse processo. Eu queria agradecer muito a todos, não*
241 *queria deixar passar, a todos os técnicos, não só os técnicos que estão conosco há*
242 *muito tempo. Todos os técnicos da SUPRAM daqui da região, que tanto nos ajudaram*
243 *que tanto discutiram com os senhores trouxeram oportunidades de discutirmos tanto*
244 *tecnicamente, juridicamente os processos que estão aqui. Quer dizer, uma grande*
245 *quantidade de pessoas passou por aqui nesses 6 anos, muitos ainda estão conosco. Nós*
246 *temos a satisfação de ter uma equipe já treinada que também passou por um*
247 *treinamento longo, por um amadurecimento, um aperfeiçoamento dentro do sistema*
248 *que nós estamos hoje gerenciando e fazendo a gestão desse processo aqui de histórico*
249 *o melhor possível. Queria muito agradecer a todos os conselheiros que estão aqui,*
250 *muito obrigado por tudo que vocês, muito obrigado pelo apoio que vocês deram ao*
251 *problema do desenvolvimento dessa região principalmente pela sustentabilidade dessa*
252 *região, pela discussão dos problemas sociais e ambientais. E também vocês puderam*
253 *conduzir. Meu agradecimento a Maria Cláudia pela coordenação, pela liderança. A*
254 *Laís que esteve aqui muito tempo e que não está aqui conosco nessa região. Ao Roberto*
255 *que está a tantos dias tentando coordenar essa reunião. E eu encerro aqui apenas com*
256 *uma palavra de, nesse momento tão difícil de crise, só se fala em coisa ruim, eu quero*
257 *dizer que nós continuamos com os licenciamentos dentro do mesmo top, não abaixou*
258 *nem suspendeu, mostrando que existe muita esperança de que nós passemos por esse*
259 *momento rapidamente e volte a crescer, que o Brasil precisa disso. Crescer de uma*
260 *maneira sustentável, nós precisamos disso, nós não podemos nunca pensar em*
261 *desemprego, tudo aquilo que nós já passamos em outras épocas. Chega! O Brasil hoje*
262 *tem potencial e sabe do seu potencial e nós poderemos crescer. Vamos continuar com*
263 *as nossas reuniões e eu tenho certeza que com pouco tempo vocês vão e nós vamos ter*
264 *oportunidade de mostrar algumas coisas novas que estamos fazendo para superar esse*
265 *momento. Era isso. Eu queria agradecer muito a presença do secretário José Carlos,*
266 *porque eu já estava chateado. Falei não é possível, ele foi no sul se ele não vier aqui*
267 *eu morro, eu morro de vergonha. Porque a palavra dele para nós, ele que foi o baluarte*
268 *de toda essa idéia com o governador Aécio Neves, soube centralizar, bancou. Toda*
269 *mudança trás ansiedade, trás apreensão e ele com a sua persistência, com a sua visão,*
270 *um homem de visão que é e a experiência que ele tem nessa área ambiental de Brasília,*
271 *de todo o mundo, ele notou o grande passo que nós estávamos dando em trazer para as*
272 *regiões a discussão de seus problemas. Em discutir novas lideranças, verificar que*
273 *essas lideranças podiam trazer o movimento de crescimento. Então, eu gostaria de*
274 *agradecer muito a ele por acreditar nesse processo, dar força a esse processo, senão*
275 *não teria saído do lugar. Sem força política dificilmente você põe um movimento para*
276 *girar e rolar. Um movimento desse tamanho, são milhares e milhares de pessoas*
277 *voltadas. Nós temos hoje 10 URC's rodando em Belo Horizonte, cada um com seus 20,*



278 cada um com uma platéia maravilhosa acompanhando, empresários, com técnicos, com
279 todo mundo acompanhando em toda Minas Gerais. Mobilizar isso num prazo tão curto
280 de 3 anos dando cultura, enfrentando uma série de problemas que é natural em toda
281 mudança foi um desafio, mas estamos aí numa reunião de número 50. Parabéns a vocês
282 conselheiros por terem mantido a reunião de número 50 e principalmente a
283 integridade, a ética e principalmente o que todos vocês levaram a essa reunião,
284 respeitando as individualidades, as diferenças, mas indo para frente. Resolvendo,
285 tocando o barco, traçando linhas para o Estado. Muito obrigado a vocês. Então, eu vou
286 passar a palavra para o secretário José Carlos para ele poder falar. Desculpa prefeito.
287 Eu queria antes de passar ao José Carlos para encerrar, passar ao prefeito que nos
288 recebe tão bem aqui. É um prazer estar aqui prefeito, Itaúna sempre nos recebeu com
289 carinho enorme. Nós já fizemos muitas reuniões aqui. Sempre uma cidade hospitaleira,
290 que nos recebe com todo o carinho às reuniões aqui. É sempre um prazer estar aqui em
291 Itaúna. Então, queria passar a palavra a você para depois, antes do encerramento,
292 passar ao secretário.” – Pedro Paulo Pinto – Vice-prefeito de Itaúna – Agradeceu a
293 presença de todos e parabenizou os Conselheiros pela dedicação nos trabalhos em prol
294 do meio ambiente. Cumprimentou a superintendente da SUPRAM, Maria Claudia Pinto,
295 pelas 50 reuniões realizadas. Cumprimentou e agradeceu ao Presidente do COPAM -
296 ASF, Dr. Shelley de Souza Carneiro e ao Secretário Dr. José Carlos Carvalho pelo
297 empenho na defesa do meio ambiente. – José Carlos Carvalho – Secretário de Estado de
298 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – “Bom a essa altura já é boa tarde.
299 Uma boa tarde a todos e a todas. Queria saudar as autoridades na figura ilustre do
300 nosso prefeito Eugênio Pinto, que nos honra aqui com a sua presença. Gostaria de
301 saudar o colega e companheiro de jornada Shelley Carneiro. Em nome dele todos os
302 nossos colegas da SUPRAM – ASF, à Maria Cláudia que está à frente dessa
303 superintendência. À Laís que já esteve aqui anteriormente. Saudar os nossos técnicos,
304 todos da nossa equipe. E muito e especialmente quero saudar o entusiasmo de cada um
305 dos nossos conselheiros e conselheiras que participam da Unidade Regional do
306 COPAM – ASF. Dizer que para mim é um prazer especial estar aqui na 50ª reunião
307 desta Unidade Colegiada do COPAM. O que demonstra por si só a consolidação desse
308 processo de descentralização da administração ambiental de Minas, que nós tivemos a
309 oportunidade de iniciar a partir de 2003, com a chegada do Governador Aécio Neves
310 ao governo de Minas. Todos sabem, certamente, pela militância e pela atuação que tem
311 na área ambiental do Estado. Até 2002 nós tínhamos um modelo reconhecido
312 nacionalmente pela importância de ter sido concebido como um modelo de gestão
313 colegiado e participativo, que foi o COPAM, criado ainda no governo do saudoso ex-
314 governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça. Tinha essa característica
315 fundamental de estabelecer um modelo de gestão colegiado antecipando a criação do
316 CONAMA. Pouca gente se dá conta de que a legislação federal que veio com a lei
317 6.938 de 81 foi precedida de uma lei mineira, estadual de 1979, que criou o Conselho
318 de Política Ambiental do Estado. Então, o formato organizacional de estabelecer uma
319 gestão colegiada e participativa nasceu em Minas. E é importante assinalar que mesmo
320 depois, ao se federalizar com a lei 6.938, esse modelo nasceu, embora pareça
321 paradoxal, ainda na vigência do regime militar onde o princípio da participação era
322 absolutamente incoerente com o modelo de gestão centralizado e autoritário que
323 imperava no país. O que isso significa? Isso significa que a gestão ambiental é uma
324 conquista da sociedade brasileira. Porque, certamente, se nós tivéssemos feito uma
325 política ambiental urdida nos gabinetes de Brasília, ainda na vigência plena do



326 *autoritarismo sem a mobilização da sociedade, nós, certamente, teríamos um modelo de*
327 *gestão pública igual aos, praticamente, demais modelos de gestão, cuja formulação das*
328 *políticas públicas não tenham participação da sociedade. Então, essa é sem nenhuma*
329 *dúvida, a grande conquista que nós temos de Minas e que foi uma conquista para o*
330 *Brasil de estabelecer uma gestão com a participação da comunidade. Então, eu gosto*
331 *sempre de dizer que está nas fronteiras de política de meio ambiente com as iniciativas*
332 *de Minas. Depois, com a Lei Nacional de Meio Ambiente de 81 e mais, recentemente,*
333 *com a lei 9.433 de 97 que instituiu a Política Nacional das Águas está na*
334 *institucionalização da gestão do meio ambiente dos recursos hídricos. Aquilo que nós*
335 *poderíamos considerar a primeira grande reforma do estado brasileiro no sentido de*
336 *permitir um modelo de gestão com participação e controle social. Porque até o*
337 *surgimento da lei ambiental, até o surgimento do COPAM em Minas, do Conselho*
338 *Nacional do Meio Ambiente de Brasília, do Sistema Nacional do Meio Ambiente que*
339 *também foi estatuído no âmbito da lei 6.938, a gestão do setor público, ela era*
340 *absolutamente uma decisão governamental excluída da oportunidade de uma discussão*
341 *mais ampla com a sociedade e com as comunidades interessadas na realização dos*
342 *empreendimentos públicos. Então, o que se fez em Minas com a criação do COPAM.*
343 *Depois, o que se fez no plano nacional a partir de experiências de Minas e do Rio de*
344 *Janeiro que também já havia criado o seu conselho, nós fizemos a primeira grande*
345 *ruptura do modelo de gestão do Estado baseado nas decisões monolíticas e unilaterais*
346 *das autoridades públicas. Para permitir que essas decisões que eram tomadas*
347 *unilateralmente e monoliticamente pela autoridade constituída pudesse ser*
348 *compartilhada por representantes da sociedade de tal maneira, que nós passamos a ter*
349 *o modelo que a sociedade, como nós testemunhamos aqui, participa não para*
350 *denunciar apenas, que é um ilegítimo da cidadania. Mas vai mais além. Participa para*
351 *decidir. Participa para decidir com as autoridades do governo. E eu gosto sempre de*
352 *lembrar que aqui em Minas por força do reconhecimento e da convicção de que nós*
353 *temos de que ao lado da democracia representativa, países de amplas desigualdades*
354 *regionais e amplas desigualdades sociais como o Brasil, tem que ter ao lado da*
355 *democracia representativa, com todas as deformações que ela possa ter, nós também*
356 *temos que estabelecer modelos em que possa ser exercida a democracia participativa.*
357 *Nunca é demais lembrar que a constituição brasileira estabelece a democracia*
358 *representativa como a forma primeira de organizar a representação da sociedade nas*
359 *suas relações de poder. Mas que também consagra o princípio da democracia*
360 *participativa. E o princípio da democracia participativa consagrado lá atrás na*
361 *constituição de 1988, encontra a sua melhor expressão na política de meio ambiente*
362 *que o Brasil pratica particularmente em Minas, onde o modelo de gestão colegiada vai*
363 *além de ser um modelo para estabelecer normas. Além de ser deliberativo para*
364 *estabelecer normas ele também é deliberativo para praticar atos de gestão que*
365 *poderiam ser exclusivos das autoridades estaduais, como ocorre em todos os demais*
366 *estados da federação e do Governo Federal. Nos estados da federação, todos os demais*
367 *e no Governo Federal, o ato da gestão do licenciamento ambiental é um ato unilateral*
368 *da autoridade pública. E em Minas Gerais o ato de gestão de licenciamento é esse que*
369 *nós estamos vendo aqui. O governo, a sociedade civil, a representação do setor*
370 *produtivo, das organizações não governamentais, da academia, dos trabalhadores,*
371 *enfim, todos reunidos em torno dos problemas da sua região. Então, aquilo que já era*
372 *uma grande conquista, que era o COPAM, que era a conquista da gestão participativa,*
373 *colegiada, ele era extraordinário, mas tinha um defeito e nós procuramos corrigir com*



374 o processo de descentralização. O defeito era que ele, embora, participativo, colegiado
375 era centralizado em Belo Horizonte. Todos os procedimentos de gestão ambiental e de
376 licenciamento ambiental tinham, necessariamente, que ser decididos em Belo
377 Horizonte. Ora, ainda que fosse um modelo extraordinariamente rico pelo seu formato
378 de admitir, de permitir a participação da sociedade, ele certamente não poderia
379 capturar as distintas realidades regionais do Estado. Porque isso não é possível de
380 ocorrer em modelo centralizado. Então, a nossa decisão, mantida a grande conquista
381 da gestão colegiada e participativa, foi de fazer a descentralização do COPAM,
382 criando as unidades regionais. Hoje nós temos 9 superintendências e 10 unidades
383 regionais, para permitir que a diversidade política, que a diversidade cultural, que as
384 realidades regionais pudessem ser tratadas de forma regionalizada. E aí, quando nós
385 consolidamos um processo de descentralização, é muito comum falar como uma das
386 principais conquistas desse processo, a facilidade no atendimento das demandas
387 daqueles que precisam obter uma licença do estado para instalar o seu
388 empreendimento ou para operar as suas atividades. Essa é uma das conquistas,
389 realmente. Porque nós estamos colocando o estado cada vez mais próximo do cidadão.
390 Nós só vamos fazer com que a população tenha efetivamente acesso aos serviços
391 prestados pelo estado quanto mais conseguirmos colocar o estado mais próximo dos
392 cidadãos. Mas não é no meu entendimento essa a principal ou a maior vantagem do
393 modelo da descentralização que nós implantamos. Porque eu acho que a principal
394 conquista desse modelo de gestão descentralizado foi o de permitir que nós criássemos
395 uma agenda regional de meio ambiente que corresponde às realidades regionais.
396 Guimarães Rosa já nos ensinou, com muita sabedoria, que Minas são várias. São
397 várias, exatamente, por que cada região de Minas tem a sua especificidade. Então, ao
398 criar as Unidades Regionais do COPAM combinando as bacias hidrográficas,
399 aproximando a regionalização das bacias hidrográficas e dos biomas e essa era a
400 pretensão desde o início, queríamos criar uma estrutura decisória que levasse em conta
401 as peculiaridades locais. Cada Regional Colegiada do COPAM constrói a sua agenda.
402 Nós já poderíamos imaginar as agendas regionais de meio ambiente vinculadas às
403 peculiaridades das nossas diversas regiões com um modelo centralizado em Belo
404 Horizonte. Vale dizer que não conseguiríamos fazer o que conseguimos sem o processo
405 de centralização. Por isso é que eu tenho procurado comparecer nessa idéia que o Dr.
406 Shelley mencionou de estar presente em todas as 50^{as}. reunião. Esta é a terceira. A
407 quarta será em Ubá. São exatamente as que vieram primeiro e que estão completando
408 as 50 reuniões. Porque nós entendemos que isso representou um avanço extraordinário
409 para o estado. Vejam aqui os números que foram mencionados. Se não me engano
410 vocês já decidiram sobre 540 processos de licenciamento ambiental que permitiram às
411 autoridades e às lideranças regionais terem uma compreensão clara da realidade
412 ambiental da sua região. No modelo anterior todos os 540 processos que vocês
413 decidiram aqui teriam sido remetidos para decisão em Belo Horizonte. A comunidade
414 local, as autoridades locais, as autoridades regionais certamente estariam afastados de
415 um processo de decisão que diz respeito, diretamente, aos interesses desta região. Esse
416 é o ponto que eu gostaria de destacar. E isso não foi feito apenas como uma iniciativa
417 no plano institucional ou na esfera administrativa. Nós também fizemos esse esforço
418 com a decidida orientação e decidido apoio do governador Aécio Neves e com a
419 coordenação sempre exemplar e eficiente do Professor Anastasia, também por razões
420 de convicção e políticas ideológicas. A formulação das políticas públicas e a
421 organização do estado, derivam de opções políticas e ideológicas que se tem que tomar



422 num determinado momento da história. Quando nós descentralizamos,
423 descentralizamos, também, com uma convicção política e ideológica clara, no sentido
424 de entender que a gestão democrática do estado não se coaduna com os modelos
425 concentrados de poder e decisão. Não é possível falar em gestão democrática do estado
426 sem que haja descentralização. Não é possível falar em gestão democrática do estado e
427 modelo centralizado de poder e decisão em que apenas um pequeno grupo pode
428 participar do processo decisório. Hoje, nós temos essa riquíssima rede, porque é uma
429 rede de decisão. Montamos uma grande rede dentro de uma visão moderna de
430 organização em rede e não daquele processo clássico de organização do estado, em
431 que o estado se prolongava por vários níveis na estrutura hierárquica até chegar aos
432 cidadãos. Montamos uma organização em rede, mas, sobretudo, nós imaginamos e aí,
433 reitero, com convicção política e ideológica. Nós temos que ter modelo de gestão do
434 estado que assegure a participação da sociedade porque nós acreditamos que a gestão
435 democrática do estado não se coaduna com os modelos concentrados de poder e
436 decisão. Ao permitir criar uma agenda regional para a gestão ambiental do estado, nós
437 estamos assegurando que seja possível criar em torno das unidades regionais do
438 COPAM, uma agenda regional. E ao somar as nossas agendas regionais de meio
439 ambiente, baseada nas peculiaridades regionais teremos uma agenda estadual de meio
440 ambiente, na qual estarão claramente expressas as peculiaridades locais das várias
441 Minas de Guimarães Rosa. Eu venho aqui com prazer porque queria vir para trazer o
442 meu abraço a cada conselheiro e cada conselheira, este modelo não estaria
443 funcionando sem a disponibilidade daqueles que aceitam participar desse processo,
444 afinal aqui está à sociedade. Mudamos, nesse ínterim, o nosso modelo transformando o
445 COPAM de Belo Horizonte, onde o plenário do COPAM, num locus de decisão política
446 e normativa. Passamos todos os licenciamentos para as Unidades Regionais do
447 COPAM, de maneira que o plenário do COPAM, em Belo Horizonte, tenha
448 competência para definir as políticas públicas de meio ambiente, as normas e as
449 grandes diretrizes estabelecidas no plenário representados, praticamente, pelos
450 mesmos segmentos que estão aqui pela sociedade civil organizada, pela academia, pelo
451 setor produtivo, pelo Ministério Público. Nós passamos trabalhar nesta linha. Porque
452 nós valorizamos essa decisão e porque achamos fundamental discutir
453 descentralizadamente às questões ambientais? Porque quando nós tratamos na esfera
454 jurídica as questões do meio ambiente, e aqui nós temos um representante do
455 Ministério Público, é expert nesse assunto, nós estamos falando de direitos difusos.
456 Direitos difusos são direitos espalhados, estão aí atomizados por todas as regiões.
457 Então, não é possível organizar o estado para administrar os direitos difusos, porque
458 os direitos difusos são tratos de bens na verdade, é difuso porque trata de bens
459 coletivos da sociedade, ainda que possam ser apropriados privadamente. Ainda que
460 possam ser apropriada de forma privada. Eles são bens coletivos dos cidadãos, por isso
461 que há as restrições ao direito de propriedade desde a constituição de 45, numa série
462 de intervenção econômica. E nas águas e nos recursos hídricos, porque embora eles
463 possam ser apropriados de forma privada, eles são bens de interesse comum do povo e
464 por isso deve merecer uma atenção maior do Estado. E não será com o modelo
465 centralizado em Belo Horizonte, como era no passado até a criação das unidades
466 regionais do COPAM, que nós poderíamos realmente exercer o papel de Estado de
467 maneira mais adequada na garantia dos direitos dos cidadãos em relação à proteção
468 do meio ambiente. Não é razoável imaginar que um cidadão, uma autoridade, uma
469 liderança comunitária da cidade de Carneirinho, para citar um exemplo, que está na



470 *divisa de Minas com Mato Grosso do Sul, possa ter acesso à proteção do Estado no*
471 *modelo centralizado em Belo Horizonte como acontecia até 2002. Então, é disso que*
472 *nós estamos tratando. Nós estamos falando de uma política pública que já foi*
473 *concebida por ser uma política pública mais recente. Foi concebida sobre forte*
474 *influência da sociedade e por isso uma política pública com vocação nitidamente*
475 *democrática. O que não acontece ainda hoje, infelizmente, embora esse grande avanço*
476 *tenha ocorrido na área da gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos. E o nosso*
477 *outro grande esforço em Minas é fazer a integração da gestão de meio ambiente com os*
478 *recursos hídricos. Porque a constituição de 88 estabeleceu um duplo sistema. Ela*
479 *receptionou a lei 6.938 que havia estabelecido o Sistema Nacional de Meio Ambiente*
480 *em 1981. E criou outro sistema que é o Sistema Nacional de Gerenciamento de*
481 *Recursos Hídricos. Se eu for avaliar como técnico, não faria desta maneira. Eu acho*
482 *que nós temos que ter um sistema único. A água é meio ambiente. Mas como a*
483 *constituição estabeleceu um duplo sistema nós temos que formatar a organização do*
484 *estado de tal maneira que esses sistemas possam se integrar. E esse é o esforço mais*
485 *recente que nós estamos realizando. Por isso eu acho que nós devemos creditar a cada*
486 *conselheiro, a cada conselheira um papel extraordinário. Porque vocês que constituem*
487 *a base desse processo de descentralização. Vocês que formam essa rede de decisão*
488 *extraordinária que nós estamos montando em Minas, cada uma com as suas*
489 *peculiaridades. Se você vem aqui no Alto São Francisco, lemos a pauta e percebe que*
490 *ela é dominada por uma questão de temas completamente diferente quando eu vou à*
491 *Montes Claros e vejo a pauta da Regional do Norte de Minas ou do Triângulo Mineiro*
492 *e assim sucessivamente. Isso é a demonstração cabal de que nós estamos conseguindo,*
493 *pela via da descentralização, capturar as diversas peculiaridades das várias Minas*
494 *para fazer com que cada uma dessas Minas que se juntam para fazer esse*
495 *extraordinário estado que nós temos, possa estar devidamente contemplado nessa*
496 *formulação dessas políticas. Gostaria, sem pretender me alongar muito, fazer mais um*
497 *comentário, porque cada vez mais, gestão de meio ambiente, além de demandar*
498 *conhecimento técnico e informação, e para isso nós temos a SUPRAM, por exemplo,*
499 *para dar suporte ao conselho. Para isso nós fizemos um concurso para contratar 500*
500 *novos técnicos de nível superior para ampliar a nossa capacidade operacional. Para*
501 *isso nós estamos trabalhando em articulação com as universidades para obter o*
502 *conhecimento da universidade. Quem já teve oportunidade de acessar o Zoneamento*
503 *Ecológico-Econômico de Minas que nós fazemos com a Universidade de Lavras e com*
504 *o apoio de Viçosa, vai verificar a ferramenta extraordinária que nós construímos no*
505 *estado para dar suporte a gestão e decisão dos nossos conselheiros e das nossas*
506 *conselheiras. Além disso, cada vez mais, gestão de meio ambiente é também gestão de*
507 *conflitos. Essa é mais uma razão pela qual eu quero destacar a importância do*
508 *COPAM e das suas unidades regionais, porque ele não é apenas o locus da decisão*
509 *baseada no parecer técnico e na melhor informação disponível, mas ele é, sobretudo, o*
510 *locus da negociação, da gestão de conflitos. Porque nós temos um conflito instalado no*
511 *seio da sociedade sobre esse tema. E esse conflito se transfere para o poder público,*
512 *para o estado. E essa é mais uma extraordinária conquista da democracia participativa*
513 *e desse modelo de gestão colegiado porque aqui nós podemos dissolver os problemas*
514 *de conflito, ainda como disse o Dr. Shelley, por vezes de maneira acalorada. Mas, aqui*
515 *nós dissolvemos os conflitos. E os conflitos que estão aqui jamais seriam tidos como*
516 *conflito no modelo centralizado de Belo Horizonte que nós tínhamos até 2002. O que é*
517 *um conflito aqui jamais seria um conflito em Belo Horizonte, porque nós teríamos um*



518 grupo de conselheiros absolutamente diferentes das realidades e peculiaridades
519 regionais. Nós temos, também, um modelo de gestão de conflitos que reduz o potencial
520 de crise, que faz a aproximação e que explicita as divergências. Não para aguçá-las.
521 Porque quando nós falamos de gestão de conflito é para não varrer o conflito para
522 debaixo do tapete. Quando nós falamos de gestão de conflito é para explicitar as
523 divergências com o objetivo de construir convergência e não para aguçar as
524 divergências e conflitos. Essa é uma das finalidades essenciais da democracia
525 participativa da gestão colegiada que nós implantamos aqui em Minas. E porque que
526 com certa frequência aqui, em Belo Horizonte, em qualquer Unidade Regional do
527 COPAM o conflito aflora. Porque as outras políticas públicas setoriais, se nós formos
528 analisarmos, até porque concebidas do passado quando da sociedade não tinha o nível
529 de mobilização que tem hoje, elas não tem espaço a participação. Então, o único
530 momento em que a sociedade tem espaço para participar das decisões é no momento
531 em que os senhores e as senhoras se reúnem para decidir uma licença. Quando se
532 formulou a política pública de energia, de agricultura, de mineração, a sociedade não é
533 chamada a participar. Um dos temas decididos aqui é uma PCH, pela pauta que eu
534 estava olhando. Como não foi não houve participação da sociedade lá atrás, foi
535 decidido, a Agência Nacional de Energia Elétrica já decidiu que aqui é um local que
536 deve, em tese, fazer uma PCH. A decisão de fazer já foi tomada pelo governo federal.
537 Então, por isso, nós temos aqui esse modelo. Porque as políticas públicas setoriais não
538 incorporaram de maneira adequada a variável ambiental, como a dimensão ambiental
539 não está incluída na formulação das políticas públicas setoriais. Em que momento
540 aparece a questão do meio ambiente? No momento em que o empreendedor protocola
541 um pedido de licença no nosso balcão. É só nessa fase que a questão ambiental aparece
542 quando ela necessariamente tinha que estar sendo examinada no momento da
543 formulação das políticas públicas setoriais. Então, nós temos um conflito no próprio
544 Estado brasileiro. O caso da Amazônia certamente é o mais visível de todos
545 internacionalmente, inclusive internacionalmente. O governo financia o desmatamento
546 por um lado, porque tem vários órgãos. A SUDAM que foi reconstituída, o BASA que é
547 o Banco da Amazônia, que financia o desmatamento por um lado e o governo que é
548 chamado a fiscalizar e a controlar pelo outro. Então é esse o modelo. Essa que é a
549 questão crucial. Por quê? Porque na legislação brasileira, ainda hoje quando nós
550 examinamos o crédito rural, por exemplo, um deles ou outras linhas de financiamento,
551 se o empreendedor tem a licença ambiental ele tem acesso ao crédito. Então é uma
552 lógica ver versa, é uma lógica invertida, que eu tenho debatido nacionalmente inclusive
553 nos encontros internacionais aos quais eu tenho comparecido. Não é ter a licença
554 ambiental para ter o acesso ao crédito. Você já tem que definir o crédito sobre todos os
555 Estados que já têm o zoneamento ecológico econômico como Minas. Já direcionar o
556 crédito para as áreas que já foram abertas. Nós vivemos por conta disso uma
557 contradição única. O Brasil tem segundo os próprios dados do Ministério da
558 Agricultura aproximadamente 900 mil Km² de território já desmatado, subutilizado ou
559 abandonado na produção agropecuária. Isso representa 90 milhões de hectares. E
560 ainda, desmatamos 20 mil Km² por ano para fazer a expansão da fronteira
561 agropecuária. E esse equívoco da política agrícola recai aonde? Na administração
562 ambiental. A culpa do desmatamento da Amazônia é do Ministério do Meio Ambiente. É
563 assim que é tratado pela mídia, pela sociedade. O Ministério do Meio Ambiente não
564 funciona. Quando na verdade, o que nós precisamos é incorporar na formulação das
565 políticas públicas setoriais a dimensão ambiental. Incluir a dimensão ambiental no



566 planejamento estratégico do país para prevenir, para fazer com que nós possamos no
567 momento de dar uma licença, fazê-la com o menor nível de contencioso possível.
568 Porque hoje o contencioso vem das próprias contradições das políticas públicas de
569 outras esferas de decisão dos governos dos seus 3 níveis de poder. Então, eu quero,
570 mais uma vez e faço isso com o maior empenho, agradecer aos nossos conselheiros,
571 desde os veteranos aos calouros. Agradecer por estarem aqui conosco, por estarem
572 ajudando a Minas a construir um modelo de gestão ambiental que realmente é um
573 diferencial no país. Nós somos o único estado da federação em que o licenciamento
574 ambiental vem ao crivo da sociedade. Todos os demais é o órgão ambiental que
575 licencia diretamente, inclusive na esfera federal, sem nenhum crivo de controle social.
576 Nós achamos que o crivo do controle social, quando se trata de direitos difusos,
577 deveria ser obrigatório, fundamental, porque nós estamos falando de bens coletivos.
578 Nós estamos falando de bens comum ao povo. Quando nós protegemos a água
579 montante, nós estamos ajudando aqueles que estão à jusante. Quando nós sujamos a
580 água montante nós estamos prejudicando os nossos irmãos que estão à jusante. Quando
581 nós desmatamos além daquilo que deve ser permitido e temos erosão do solo,
582 assoreamento, perda de fertilidade. Porque que nós temos 90 milhões de hectares de
583 terra subutilizada ou abandonadas? Porque perderam a fertilidade natural. É caro
584 cultivar nessas terras. Então é mais fácil desmatar aonde você tem fertilidade natural
585 do que fazer investimentos para recuperar pastagens degradadas. Só aqui em Minas
586 nós estimamos em 4 milhões de hectares de pastagens totalmente degradadas. Não
587 tanto aqui da região de vocês, aí eu volto às várias Minas. Quem for ao Vale do Rio
588 Doce, se vocês forem ao Vale do Rio Doce é a maior tragédia ambiental que nós temos
589 em Minas. Nós falamos que, e naturalmente temos que falar do nosso extraordinário
590 Vale do São Francisco. Mas a bacia hidrográfica mais degradada de Minas é a do Rio
591 Doce. E sobre o Rio Doce eu posso dar um testemunho pessoal. Eu comecei a minha
592 carreira no Instituto Estadual de Florestas, fiz concurso público em 1975. Passei no
593 concurso e o meu primeiro posto foi em Governador Valadares. Há 34 anos fui
594 trabalhar em Governador Valadares. Governador Valadares estava terminando o ciclo
595 da economia madeireira. Era praticamente a Parabobinas de hoje. Para quem conhece
596 o norte, tinha 200 serrarias, toda a economia estava baseada na exploração da
597 madeira. Porque a Mata Atlântica tinha madeiras mais valiosas comercialmente do que
598 tem a Amazônia. Tinha o jequitibá, que era a madeira mais disputada do que o mogno
599 hoje em relação à Amazônia. Várias outras. Mas quando eu cheguei no início, em
600 meados dos anos 70, tinha terminado o ciclo da madeira nos anos 60 e iniciado o ciclo
601 da pecuária. Que ainda hoje é a grande atividade econômica do Vale do Rio Doce. E
602 como tinha terminado o ciclo da madeira, acompanhado do desmatamento para a
603 expansão da pecuária, é praticamente o mesmo modelo que nós vemos na Amazônia
604 hoje. É impressionante como o Brasil não aprende com as lições do passado. Porque o
605 que nós fizemos no Vale do Rio Doce há 30, 40 anos, nós estamos repetindo na
606 Amazônia. Com a diferença que no Rio Doce foi com machado, na Amazônia com
607 motosserra e trator com correntão. Então a velocidade hoje é infinitamente maior. Mas
608 o que eu quero dizer para vocês aqui, porque é muito comum nós ouvirmos, em alguns
609 casos com razão, porque nós também não devemos nos arvorar em dono da verdade,
610 que o meio ambiente está aumentando o custo da produção, que nós estamos onerando
611 o custo da produção com as exigências que nós fazemos. Mas nós temos que imaginar o
612 contrário. Quanto custa para o país? E vou mais além. Quanto custa para o produtor
613 rural destruir o meio ambiente? Porque eu estou fazendo essa colocação? Quando eu



614 *comecei a minha carreira em Valadares, trabalhando ao lado dos meus colegas da*
615 *EMATER, porque eu era engenheiro concursado, engenheiro florestal concursado do*
616 *IEF, nós estávamos no auge da pecuária. Valadares era a 3ª cidade de Minas na*
617 *década de 70. Com uma média de 3.5 cabeças por hectare. Essa era a média de*
618 *Valadares, há 34, 35 anos. Vocês arriscariam dizer quanto é hoje? 0.6. Então, nós*
619 *temos que inverter essa pergunta. Não é quanto que o meio ambiente custa e onera o*
620 *setor produtivo. É quanto a destruição do meio ambiente está evitando de renda para*
621 *os agricultores. Porque esse processo levou a erosão, a perda de fertilidade natural e*
622 *conseqüente abandono das pastagens. Então, é urgente refazer as políticas públicas*
623 *para incorporar a dimensão ambiental das políticas públicas setoriais, para que nós*
624 *não tenhamos que discutir o aspecto ambiental da atividade econômica somente no*
625 *momento em que o empreendedor procura o balcão dos órgãos ambientais para pedir*
626 *uma licença. Esse é um modelo de crise. Porque o cidadão já foi no banco, o banco já*
627 *disponibilizou o dinheiro, o dinheiro já está tudo OK, mas tem que ter a licença do*
628 *meio ambiente. Ai começa um processo de pressão natural. Porque a lógica e o sistema*
629 *leva a esse tipo de procedimento. Então, isso precisa ser invertido. Quando nós falamos*
630 *de política ambiental e eu quero encerrar, ela não se restringe ao licenciamento*
631 *ambiental. Essa é outra grande questão. Na verdade, a realidade brasileira reduziu a*
632 *política de meio ambiente a um único instrumento que é o licenciamento ambiental.*
633 *Mas ela criou 5 instrumentos. Criou o zoneamento ecológico econômico. Criou a*
634 *avaliação ambiental estratégica. Criou o monitoramento, o controle e a fiscalização. E*
635 *nós acabamos fazendo o licenciamento, o controle e a fiscalização. Os dois*
636 *instrumentos mais estratégicos nós não avançamos com ele no Brasil. Felizmente*
637 *Minas está dando esse passo. Já temos um zoneamento ecológico-econômico numa*
638 *escala apropriada ao estado que permite aos nossos técnicos melhorarem os pareceres*
639 *que trazem a decisão dos senhores e das senhoras aqui. Já iniciamos a avaliação*
640 *ambiental estratégica da geração hidroelétrica, do plano rodoviário do estado. Vamos*
641 *estendê-lo a outras áreas. Porque sem a integração desses instrumentos, só o*
642 *licenciamento não resolve. O licenciamento por si só não é suficiente. Se nós não*
643 *tivermos integrado todos os instrumentos, o licenciamento acaba se tornando um*
644 *grande cartório. É isso que nós temos, que estamos buscando superar em Minas. Todo*
645 *o nosso empenho, e não foi barato, em fazer o zoneamento ecológico-econômico que*
646 *está disponível hoje na internet inclusive. E está disponível na internet não é porque ele*
647 *é um instrumento só para o governo. Para fazermos o desenvolvimento sustentável para*
648 *valer, o que nós queremos é que ele seja também um instrumento para o empreendedor.*
649 *Que o empreendedor tenha acesso a todas as informações do zoneamento ecológico-*
650 *econômico. E não há nenhum outro no Brasil com a mesma quantidade de informação.*
651 *Nós temos 110 leis. São 110 camadas. 110 temas. Com 220 mil informações de todo o*
652 *território do Estado de Minas Gerais, bacia por bacia, município por município. E aí*
653 *sim, nós vamos requalificar a administração ambiental do estado e permitir que cada*
654 *vez mais os conselheiros possam decidir com mais segurança, com mais tranqüilidade,*
655 *com informações que realmente lhes dêem a tranqüilidade de tomar uma decisão além*
656 *desse papel extraordinário que essas unidades realizam, como eu mencionei aqui de*
657 *fazer a gestão de conflito, de harmonizar os interesses. É interessante porque, se você,*
658 *quando você junta todos os interesses, você cria a possibilidade da economia conversar*
659 *com a ecologia. Aqui nós estamos num sistema em que a ecologia conversa com a*
660 *economia. Ainda que por vez essa conversa possa ser estressada. Mas nós criamos essa*
661 *possibilidade. No modelo unilateral, eu vou dar um exemplo. Se eu recebo de manhã,*



662 *isso acontece com alguma frequência, se eu recebo de manhã uma representação só*
663 *dos ambientalistas, eu ouço críticas exacerbadas que o sistema não funciona, que o*
664 *estado está sendo destruído, que nós não conseguimos avançar na medida do*
665 *necessário, que está tudo sendo detonado. Etc, etc., e recebo uma representação do*
666 *setor produtivo à tarde, ouço um discurso oposto. Todos reclamando porque não*
667 *podem funcionar, não podem trabalhar mais, não conseguem, o meio ambiente está*
668 *travancando tudo, está segurando. Então, o que nós podemos fazer? Fazer o que nós*
669 *fazemos pioneiramente em Minas. Fazer com que os interesses conversem entre si.*
670 *Fazer com que a economia converse com a ecologia. E que nessa conversa tenha*
671 *dimensão social. Porque se nós estamos falando da dimensão na sustentabilidade nós*
672 *estamos falando de um modelo tridimensional, que é a dimensão econômica, dimensão*
673 *social e a dimensão ambiental. E é isso que nós queremos continuar fazendo em Minas*
674 *e certamente, o que, o pouco que estamos avançando, nós estamos avançando graças a*
675 *cooperação de vocês. De conselheiros e de conselheiras que estão aqui num exercício*
676 *de cidadania. Estão aqui voluntariamente. Estão aqui sem ser remunerados pelo*
677 *estado. Porque estão aqui com a convicção de que podem ajudar o país a realmente*
678 *melhorar os padrões de qualidade ambiental, transformar o desenvolvimento*
679 *sustentável numa realidade concreta, e com isso ajudar as próximas gerações. Porque*
680 *quando nós falamos de degradação ambiental e de uso predatório dos recursos*
681 *naturais, é impressionante notar, quando nós falamos de uso predatório dos recursos*
682 *naturais a nossa tendência de entender que os usos predatórios só têm impacto*
683 *ambiental. Ele prejudica o meio ambiente e esquecemos da dimensão econômica, da*
684 *dimensão social. Porque o primeiro impacto visível do uso predatório dos recursos*
685 *naturais é o prejuízo ao meio ambiente, na destruição de uma nascente, o fim de uma*
686 *mata ciliar, o lançamento de um efluente sem tratamento no curso d'água, mas quando*
687 *nós fazemos uso predatório dos recursos naturais nós também estamos provocando*
688 *prejuízos econômicos às futuras gerações. Porque nós estamos destruindo fatores de*
689 *produção. Quando nós deixamos 900.000 km² de terras desmatadas, subutilizadas ou*
690 *abandonadas, isso tem dimensão econômica, porque nós estamos destruindo os fatores*
691 *de produção da economia. É mais adubo e que aumenta o custo. É mais agrotóxico que*
692 *aumenta o custo e assim sucessivamente. Além da questão social que é menos renda e*
693 *menos emprego para os cidadãos e cidadãs. Então, com essas palavras, quero,*
694 *fundamentalmente, trazer aqui o meu agradecimento, o reconhecimento do governo de*
695 *Minas ao papel que cada um dos conselheiros e conselheiras realizam aqui em*
696 *benefício de Minas, em benefício da cidadania de Minas. Isso é uma demonstração*
697 *clara do civismo que ainda inspira e motiva o povo das Alterosas. Não é por acaso que*
698 *a pátria nasceu em Minas. Muito obrigado!* Após o pronunciamento do Secretário a
699 reunião foi reiniciada. - **Item 10 – Processo Administrativo para exame de Alteração**
700 **de Condicionante e Revisão de Prazo de Validade de Licença Operação: 10.1 –**
701 **Fundição Batista Indústria, Comércio e Transporte Ltda. Produção de fundidos de**
702 **ferro e aço, com tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem.**
703 **Pará de Minas/MG. PA/Nº 01696/2002/001/2002. Classe 5. Apresentação SUPRAM**
704 **– ASF. (RETIRADO DE PAUTA NA 49ª RO). Responsável técnico Proambiente.**
705 **Conclusão da análise favorável à alteração da condicionante nº 1 e retificação do**
706 **prazo de validade da licença de 4 anos. – Daniela Diniz Faria– Assessora Jurídica**
707 **SUPRAM – ASF** – Solicitou aos Conselheiros observarem um adendo que foi entregue
708 e que a validade do prazo de licença por 4 anos é o que a SUPRAM sugeriu para
709 deferimento pelo COPAM. Esclareceu que a “licença foi julgada em 2005 quando já



710 estava em vigência a DN 74. Pela classe do empreendimento que é 5, o prazo de
711 validade de licença correto seria de 4 anos. Na época os pareceres técnico e jurídico
712 que subsidiaram a decisão do COPAM estavam equivocados porque sugeriram a
713 licença no prazo de 6 anos. Com base no princípio da auto-tutela, que justifica a
714 correção pela própria administração dos seus próprios atos, nós agora revendo esse
715 processo quando a empresa pediu essa alteração de condicionante, sugerimos a
716 redução do prazo para 4 anos.” – Marilda França Chaves – Advogada da Fundação
717 Batista Comércio e Indústria Ltda – Solicitou que fosse alterado de 90 para 180 dias o
718 prazo para formalização do processo de revalidação da licença. – Átilla Alves e Costa –
719 Representante FIEMG – Salientou ser pertinente pedir a prorrogação do prazo e
720 solicitou que fosse dado o benefício para a empresa, tendo em vista a redução drástica
721 da validade da sua licença. - Roberto Ferreira Barbosa – Presidente da URC – Informou
722 que o que poderia ser feito era apresentar o FCE preenchido dentro do prazo de
723 validade da licença e que o processo seja formalizado no prazo de 90 dias com o
724 benefício da revalidação automática. Colocou em votação a alteração da condicionante
725 nº 1 e o prazo de 90 dias a partir da data da reunião, 19/03/2009 para formalização do
726 processo e foi **APROVADO** por unanimidade. – **Item 11 – Processo Administrativo**
727 **para exame de Licença Prévia – 11.1 – Nilson Bittar Nolli/Fazenda Córrego Fundo**
728 **ou Calhau – Piscicultura em tanque e rede. Carmo do Cajuru/MG. PA/Nº**
729 **11312/2007/001/2008. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico**
730 **Agrogerais. Conclusão da análise favorável à concessão. Validade 4 anos.** Colocado
731 em votação foi **APROVADO** por unanimidade. – **Item 12 – Processo Administrativo**
732 **para exame de Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação – 12.1 –**
733 **José Aparecido Ferreira e Outros/Fazenda Água Fria – Avicultura de corte. Nova**
734 **Serrana/MG. PA/Nº 14378/2005/001/2008. Classe 4. Apresentação SUPRAM-ASF.**
735 **Responsável técnico Paulo Guilherme Furtado. Conclusão da análise favorável à**
736 **concessão. Validade 4 anos.** Foi colocado em votação foi **APROVADO** por
737 unanimidade. – **Item 13 – Processo Administrativo para exame de Licença de**
738 **Operação – 13.1 - LDC Bioenergia S. A. Fabricação de açúcar, destilação de álcool**
739 **e produção de energia termoeletrica. Lagoa da Prata/MG. PA/Nº**
740 **00009/1979/011/2007. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsáveis**
741 **técnicos Guilherme de Faria Barreto, Bruce Amir Dacier Lobato de Almeida, Elza**
742 **Resende Gontijo, Gustavo Melasipo Vilela Leite. Conclusão da análise favorável à**
743 **concessão. Validade 4 anos.** Colocado em votação foi **APROVADO** com a abstenção
744 do voto do Ministério Público. – **Item 13.2 - LDC Bioenergia S. A. Fabricação de**
745 **açúcar, destilação de álcool e produção de energia termoeletrica. Lagoa da**
746 **Prata/MG. PA/Nº 00009/1979/012/2007. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF.**
747 **Responsáveis técnicos Guilherme de Faria Barreto, Bruce Amir Dacier Lobato de**
748 **Almeida, Elza Resende Gontijo, Gustavo Melasipo Vilela Leite. Conclusão da**
749 **análise favorável à concessão. Validade 4 anos.** – **Item 13.3 – Gerdau Aços Longos**
750 **S.A. – Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios,**
751 **inclusive ferro gusa (injeção de finos de carvão). Divinópolis/MG. PA/Nº**
752 **00013/1978/035/2009. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico**
753 **Francisco Couto. Conclusão da análise favorável à concessão. Validade 4 anos.**
754 Foram votados em bloco os itens 13.2 e 13.3 e forma **APROVADOS** por unanimidade.
755 - **Item 9 – Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação – Item 9.1**
756 **– Linha de Transmissão em 345 kV Furnas – Pimenta II e demais instalações**
757 **associadas – Linhas de transmissão de energia elétrica – São José da Barra,**



758 **Capitólio, Piumhi, Pimenta/MG. PA/Nº 12701/2006/002/2008. Classe 5.**
759 **Apresentação SUPRAM-ASF. Retorno de vistas concedidas ao conselheiro Dirceu**
760 **Costa. Responsável técnico Agrar Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda.**
761 **Conclusão da análise favorável à concessão. Validade 2 anos. - Dirceu Costa –**
762 **Representante Codema – Pains – Vou fazer uma inversão na forma de apresentar para**
763 **ficar mais dinâmico. No meu relatório de vistas citei uma liminar judicial que suspendia**
764 **a LP. Parece que a empresa tem uma decisão contrária e gostaria que fosse apresentada.**
765 **– Ângelo Santos – Representante do empreendedor – Efetivamente, como bem disse o**
766 **Conselheiro, nós já deixamos com Vossa Senhoria cópias da decisão do desembargador**
767 **Belizário de Lacerda que, ao receber o agravo de instrumento interposto pela Cemig,**
768 **que é uma das partes, nessa ação civil pública que foi deferida a liminar suspendendo os**
769 **efeitos da licença prévia deferida por esta mesma unidade regional, o desembargador**
770 **Belizário de Lacerda deferiu o efeito suspensivo ou atribuiu a esse recurso o efeito**
771 **suspensivo requerido pela Cemig. Evidentemente, que a decisão aproveita para todos os**
772 **integrantes do consórcio por força do Art. 509 do Código do Processo Civil. Se o**
773 **senhor me permite, talvez possa trazer alguma dúvida, e por isso eu me adianto. A**
774 **decisão está num juridiquez e o desembargador fala que defere parcialmente o pedido.**
775 **Eu tenho cópia do agravo de instrumento, da minuta do agravo de instrumento**
776 **protocolizado pela Cemig. A Cemig havia pedido ao desembargador que concedesse**
777 **efeito suspensivo reconhecendo a incompetência do juízo da comarca de Piumhi. Que**
778 **deferisse efeito suspensivo declarando a própria Cemig parte ilegítima no processo. Que**
779 **conferisse efeito suspensivo retornando a validade da licença prévia outorgada pela**
780 **URC ao empreendimento. O desembargador afastou de início esses pedidos de efeito**
781 **suspensivo em relação a competência da comarca de Piumhi e fala que não há nulidade**
782 **do feito por transpor em juízo competente. Afastou a questão da ilegitimidade passiva**
783 **da Cemig dizendo que ela detém o controle acionário da Cia. de Transmissão Centro-**
784 **Oeste, mas no que se refere a licença prévia, foi muito claro ao dizer porque ato**
785 **administrativo, a licença prévia, autorização de passagem de linha de controle de**
786 **eletricidade goza de presunção de legitimidade, presunção esta não revertida por**
787 **nenhum elemento probatório abrigado nos autos da ação civil pública proposta pelo**
788 **Ministério Público, conjurado, ou seja, afastado, fica o pedido de nulidade do referido**
789 **ato administrativo que sobreleva incólume com todos os seus requisitos, ou seja, deferiu**
790 **parcialmente para fazer retornar a validade da licença prévia. É importante destacar que**
791 **isso foi na data de 08/09/2008, bem antes do pedido de licença de instalação do**
792 **requerimento que foi realizado pela empresa. – Dirceu Costa – Representante Codema –**
793 **Pains – Gostaria de solicitar esclarecimento por parte da Assessoria Jurídica da**
794 **SUPRAM. Se realmente está suspensa a liminar judicial para darmos continuidade. –**
795 **Sônia Maria Tavares de Melo – Chefe do Núcleo Jurídico SUPRAM – ASF –**
796 **Realmente de difícil compreensão ao ler a decisão, uma vez que ela não fica claríssima,**
797 **parcial em quê. Segundo a colocação dele ela é parcial nas citações que ele fez aqui. A**
798 **legitimidade e na nulidade do feito. Não deixou claro qual a suspensão que ele citou, em**
799 **qual parte que está fazendo. É um pouco temerário afirmar que ela foi suspensa. –**
800 **Dirceu Costa – Representante Codema – Pains – Conforme foi dito pelo consultor da**
801 **empresa essa decisão foi emitida em 2008. Portanto, existe uma segunda liminar**
802 **judicial com data posterior, de fevereiro de 2009. Mantendo a primeira decisão e**
803 **gostaria de passar para a Assessora Jurídica para melhor compreensão, inclusive**
804 **cancelando o nosso ato aqui caso nós concedamos a LI. Gostaria que a nossa Assessoria**
805 **Jurídica verificasse se realmente é isso que foi falado. - Roberto Ferreira Barbosa –**



806 Presidente da URC- A data de 17 de fevereiro de 2009 que você nos apresentou e essa
807 aqui de 2008. – Sônia Maria Tavares de Melo – SUPRAM – ASF – A questão agora é
808 que não ficar somente na interpretação. Temos que ver que é um ato novo e uma ação
809 nova.- Roberto Ferreira Barbosa – Presidente da URC – Diante de várias dúvidas por
810 parte da Assessoria Jurídica e dos Conselheiros o Presidente decidiu: “*Por uma questão*
811 *de coerência, por tudo aquilo que nós vimos batendo na nossa linha de ação, toda vez*
812 *que há uma dúvida e que os conselheiros não se sentem confortáveis para votar e que a*
813 *assessora jurídica da SUPRAM não se sente confortável para nos assessorar e que a*
814 *superintendente da SUPRAM que também é advogada não se sente confortável para*
815 *nos dar suporte, eu não me sinto, também, confortável para colocar esse processo em*
816 *juízo hoje. E sendo assim, nós vamos baixar em diligência e vamos pautá-lo para*
817 *a próxima reunião.*”- **BAIXADO EM DILIGÊNCIA.** - Dirceu Costa – Representante
818 Codema – Pains – Solicitou que registrasse em ata que “*o processo uma vez baixado se*
819 *considere o meu relatório de vistas, uma vez que eu não vou fazer a leitura dele, as*
820 *considerações que foram elencadas aqui devem ser consideradas.*”- Ângelo –
821 Advogado do empreendedor – Solicitou que quando fossem publicadas as decisões da
822 URC no Minas Gerais que fosse publicado explicitando o motivo que estava sendo
823 baixado em diligência para balizamento da diligência que será realizada. – **Item 14 –**
824 **Processos Administrativos para exame de Licença de Operação em Caráter**
825 **Corretivo** – Foram votados em bloco os itens 14.1, 14.2, 14.3, 14.5, 14.6. – **Item 14.1 –**
826 **Companhia Eletroquímica Jaraguá. Produção de substâncias químicas**
827 **inorgânicas. Formiga/MG. PA/Nº 1692/2003/001/2007. Apresentação FEAM.**
828 **Responsável técnico Geser. Conclusão da análise favorável à concessão. Validade 4**
829 **anos – Item 14.2 – Auto Posto Mato Grosso – Posto revendedor de combustíveis.**
830 **Divinópolis/MG. PA/Nº 00310/2002/002/2002. Classe 1. Apresentação SUPRAM-**
831 **ASF. Responsável técnico Nelson Vagner Durães. Conclusão da análise favorável à**
832 **concessão. Validade 6 anos – Item 14.3 – Resende Rodrigues & Cia Ltda. Posto**
833 **revendedor de combustíveis. Cláudio/MG. PA/Nº 01699/2001/001/2001. Classe 1.**
834 **Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico Cleber José de Almeida.**
835 **Conclusão da análise favorável à concessão. Validade 6 anos. – Item 14.5 – Myzon**
836 **Indústria de Calçados Ltda. Fabricação de calçados em geral. Nova Serrana/MG.**
837 **PA/Nº 06366/2005/001/2008. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável**
838 **técnico Gustavo Lamounier de Moraes. Conclusão da análise favorável à**
839 **concessão. Validade de 6 anos. – Item 14.6 – Cerâmica Queiroz Ltda. Outras**
840 **formas de tratamento ou disposição de resíduos não listados ou não classificados**
841 **(Produção de tijolos). Itaúna/MG. PA/Nº 02517/2002/003/2008. Classe 3.**
842 **Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico Marli das Graças Gregório.**
843 **Conclusão da análise favorável à concessão. Validade 6 anos. Foram votados em**
844 **bloco os itens 14.1, 14.2, 14.3, 14.5, 14.6 e foram APROVADOS por unanimidade. Foi**
845 **lembrado que nesses casos as outorgas já estão publicadas. - Item 14.4 – Cooperativa**
846 **Agropecuária Lagoa da Prata – Posto revendedor de combustíveis. Lagoa da**
847 **Prata/MG. PA/Nº 03893/2001/001/2001. Classe 1. Apresentação SUPRAM-ASF.**
848 **Responsável técnico Lauro Fontes. Conclusão da análise favorável à concessão.**
849 **Validade 6 anos. – Jussara Fernanda – Analista Ambiental SUPRAM-ASF** – Solicitou
850 corrigir no item 2.1, letra B, o correto era anuência do SAAE. Na Letra F, o
851 empreendimento Cooperativa Agropecuária Lagoa da Prata. E no item 2.2, município de
852 Lagoa da Prata. Foi colocado em votação e foi **APROVADO** por unanimidade. – **Item**
853 **14.7 – Empresa de Participações Oeste de Minas e Taxi Aéreo Ltda – Cultivo de**



854 cana-de-açúcar. Lagoa da Prata/MG. PA/Nº 23281/2005/001/2006. Classe 5.
855 Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico Matergaia. Conclusão da
856 análise favorável à concessão. Validade 4 anos. – Fábio Galindo – Representante
857 Ministério Público – Informou que a área de reserva legal averbada encontra-se numa
858 RPPN fora da bacia do empreendimento. Solicitou que fosse baixado em diligência para
859 que o jurídico da SUPRAM faça a adequação do parecer à ação direta de
860 inconstitucionalidade estadual nº 10007456706-6/001. Diante da dúvida levantada foi
861 **BAIXADO EM DILIGÊNCIA**. - **Item 14.8** – **Antônio Baltazar Silva/Suinocultura**
862 **Cateto/Fazenda Paciência** – **Suinocultura ciclo completo/bovinocultura de corte**
863 **extensivo/bovinocultura de corte confinado/culturas perenes/cultivo de cana-de-**
864 **açúcar. Piumhi/MG. PA/Nº 12915/2006/001/2007. Classe 3. Apresentação**
865 **SUPRAM-ASF. Responsável técnico Paulo Guilherme Furtado. Conclusão da**
866 **análise favorável à concessão. Validade 6 anos.** Foi colocado em votação e
867 **APROVADO** por unanimidade. – **Item 15** – **Processo Administrativo para exame de**
868 **Prorrogação do prazo de Licença Prévia - 15.1** – **Solo Fértil Indústria e Comércio**
869 **Ltda** – **Extração de calcário. DNPM 830.681/2000. Pains/MG. PA/Nº**
870 **00123/1988/006/2003. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico**
871 **Ecogel. Conclusão da análise pelo deferimento da prorrogação por mais 1 ano.** –
872 Dirceu Costa – Representante Codema – Pains – Solicitou o acréscimo de uma
873 condicionante para apresentar anuência do Parque Natural Municipal D. Ziza. Prazo na
874 formalização da LI. Foi colocado em votação com o acréscimo da condicionante e foi
875 **APROVADO** por unanimidade. – **Item 15.2** – **Solo Fértil Indústria e Comércio Ltda.**
876 **Extração de calcário. DNPM 830.808/2002 Pains/MG. PA/Nº 00123/1988/007/2003.**
877 **Classe 5. Apresentação SUPRAM- ASF. Responsável técnico Ecogel. Conclusão da**
878 **análise pelo deferimento da prorrogação por mais 1 ano.** – Daniela Diniz Faria –
879 Assessoria Jurídica SUPRAM- ASF – Solicitou que fosse feita uma correção material:
880 *“Onde constar no parecer DNPM 830.808/2202, que é o correto. A outra questão é que*
881 *o empreendedor pede prorrogação do prazo de licença de instalação e a justificativa*
882 *foi apresentada no parecer, foi de demora em relação ao DNPM. Isso está incorreto e o*
883 *pedido do empreendedor é em razão de um problema que ele teve da não emissão de*
884 *FOB. Foi do sistema e é para corrigir materialmente a justificativa do empreendedor.”*
885 Foi colocado em votação com as 2 observações mais o acréscimo da condicionante para
886 apresentar anuência do Parque Natural Municipal D. Ziza. Prazo na formalização da LI
887 e foi **APROVADO** por unanimidade. Foram votados em bloco os itens 15.3 e 15.4. –
888 **15.3** – **Solo Fértil Indústria e Comércio Ltda. Extração de calcário. DNPM**
889 **830.679/2000. Pains/MG. PA/Nº 00123/1988/008/2003. Classe 5. Apresentação**
890 **SUPRAM – ASF. Responsável Técnico Ecogel. Conclusão da análise pelo**
891 **deferimento da prorrogação por mais 1 ano** – **15.4** – **Solo Fértil Indústria e**
892 **Comércio Ltda** – **Extração de calcário. DNPM 830.680/2000. Pains/MG. PA/Nº**
893 **00123/1988/011/2003. Classe 5. Apresentação SUPRAM-ASF. Responsável técnico**
894 **Ecogel. Conclusão da análise pelo deferimento da prorrogação por mais 1 ano.** –
895 Daniela Diniz Faria – Assessoria Jurídica SUPRAM- ASF – Solicitou que fosse
896 considerada a correção do item 15.2 sobre a justificativa apresentada pelo empreendedor
897 constante no parecer, pois estava incorreta, não se tratava de demora do DNPM, tratava-
898 se de problemas internos na SUPRAM com relação à emissão do FOB. - Roberto
899 Ferreira Barbosa – Presidente da URC – Foi colocado em votação com as observações
900 mais a condicionante de apresentar anuência do Parque Natural Municipal D. Ziza e foi
901 **APROVADO** por unanimidade. – **Item 16** – **Processo Administrativo para exame de**



902 **Prorrogação de Prazo para Cumprimento de Condicionante de Licença Operação**
903 **– 16.1 – Altivo Pedras Ltda – Beneficiamento de ardósia. Martinho Campos/MG.**
904 **PA/Nº 22620/2005/001/2005. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF – Responsável**
905 **técnico Carla Andrea de Souza. Conclusão da análise é pelo deferimento da**
906 **prorrogação por mais 60 dias. Foi colocado em votação e foi APROVADO por**
907 **unanimidade. – Item 17 – Processo Administrativo para exame de Alteração de**
908 **Condicionante – 17.1 – Saint-Gobain Canalização Ltda. Produção de fundidos de**
909 **ferro e aço, sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem.**
910 **Itaúna/MG. PA/Nº 00068/1993/009/2005. Classe 3. Apresentação SUPRAM-ASF.**
911 **Responsável técnico Marcio Luiz Mastela Bonato. Conclusão da análise é pelo**
912 **indeferimento. Colocado em votação e foi APROVADO por unanimidade. – Item 18**
913 **– Processos administrativos para exame de Auto de Infração – 18.1 – TFA**
914 **Comércio de Combustíveis Ltda. Posto revendedor de combustíveis. Bom**
915 **Despacho/MG. AI Nº 1570/2004. PA/Nº 1348/2001/002/2004. Apresentação FEAM.**
916 **Pela aplicação de penalidade de uma multa no valor de R\$ 53.206,06. – Sônia Maria**
917 **Tavares de Melo – Chefe do Núcleo Jurídico SUPRAM – ASF – Salientou que**
918 **aplicando a norma mais benéfica que é exigência do Art. 96 do Decreto 44.844, a multa**
919 **seria de R\$ 50.001,00. – Glauber Vinicius – Representante TFA – Informou que o**
920 **empreendimento está todo adequado às normas ambientais aguardando deferimento do**
921 **licenciamento por parte da FEAM. Solicitou a extinção ou redução da multa. - Roberto**
922 **Ferreira Barbosa – Presidente da URC – Informou que em função da vistoria foi**
923 **constatada a degradação. – Edécio Ferreira – Representante Faemg – Solicitou que o**
924 **processo fosse baixado em diligência para verificação sobre a redução e parcelamento**
925 **da multa. BAIXADO EM DILIGÊNCIA. – 18.2 – Ascânio Turismo e Excursões**
926 **Ltda. Posto de abastecimento de combustíveis. Divinópolis/MG. AI Nº 1278/2004.**
927 **PA/Nº 1565/2004/001/2004. Apresentação FEAM. Pela aplicação da penalidade de**
928 **2 multas no valor de R\$ 10.641,00 cada. – Sônia Maria Tavares de Melo – Chefe do**
929 **Núcleo Jurídico SUPRAM – ASF – Informou que pela aplicação do Art. 96 do Decreto**
930 **onde aplica a norma mais benéfica que altera o valor da multa que será de R\$ 10.001,00**
931 **cada uma. – Ascânio Gontijo Junior – Representante do empreendedor – Solicitou rever**
932 **a situação da empresa uma vez que quando da vistoria não houve contaminação do solo**
933 **e sim à exposição do meio ambiente ao risco. – Edécio Ferreira – Representante da**
934 **Faemg – Ressaltou que esse caso era igual ao da empresa TFA Comércio de**
935 **Combustíveis Ltda e questionou a competência do conselho para apreciar e avaliar a**
936 **conduta do empreendedor na revisão de multas, valores e parcelamentos. - Roberto**
937 **Ferreira Barbosa – Presidente da URC – Respondeu que é competência do conselho**
938 **fazer a homologação determinada em lei e determinou pautar para a próxima reunião.**
939 **BAIXADO EM DILIGÊNCIA. - Item 19 – Assuntos Gerais - Roberto Ferreira**
940 **Barbosa – Presidente da URC – Informou que em função do momento de dificuldades e**
941 **da crise mundial, as reuniões deixarão de ser itinerantes e serão realizadas em**
942 **Divinópolis por questões de economia. Provavelmente será a partir da próxima reunião.**
943 **Informou, ainda, que se alguma Prefeitura solicitar à SUPRAM que seja realizada a**
944 **reunião no município, o pedido será avaliado e o Conselho está à disposição. – Flávio**
945 **Greco – Representante CBH-Pará – Parabenizou aos Conselheiros, à superintendente**
946 **Maria Claudia, aos técnicos pela dedicação e pela forma de trabalhar e homenageou o**
947 **ex-assessor jurídico da SUPRAM, Wilber Nogueira. Salientou a importância da água**
948 **em todos os processos. – Dirceu Costa – Representante Codema – Pains – Informou que**
949 **a cidade de Capitólio tem interesse em sediar uma reunião do COPAM. – Sônia Maria**



950 Tavares de Melo – Chefe do Núcleo Jurídico SUPRAM – ASF – Convidou a todos para
951 participarem da audiência pública que será realizada em Divinópolis, dia 23/03, no
952 Salão do Estrela do Oeste Clube, às 19 horas sobre a transposição da linha férrea da
953 cidade. Não havendo mais nada a ser tratado, foi encerrada a reunião.

954

955

956

957

958

Shelley de Souza Carneiro
Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável.